

PEQUENA SOCIOLOGIA DA NOTA DE RODAPÉ

Leopoldo Waizbort

Conversando com um amigo, editor de um importante periódico na área de ciências humanas, discutíamos o estatuto da nota de rodapé e seu destino. Ele havia recebido há pouco um texto no qual o volume das notas excedia em muito o volume do texto principal, e a partir desse caso extremado divagávamos. Justamente os casos extremos nos fazem pensar.

A nota de rodapé é um elemento de descontinuidade. Inicialmente ela rompe o fluxo contínuo do texto e a seguir insere um corpo estranho em meio ao pensamento. Por essa razão, ela exige um pensamento mais afeito à ginástica mental, que consegue ir e vir, serpentear, estabelecer relações, compreender a descontinuidade. Ela possui, ademais, um parentesco próximo com o fragmentário. A relação entre o todo e o fragmento, com isso, é posta como problema a ser necessariamente enfrentado. Não há uma homogeneidade dada de antemão, senão que o heterogêneo irrompe a cada vez, a cada nota.

A nota de rodapé é um procedimento composicional afeito à polifonia, à pluralidade das vozes. Se há uma voz principal, ela é acompanhada pelas vozes secundárias, e não só o texto como um todo é o resultado do andamento conjunto das várias vozes, como muitas vezes vozes secundárias assumem o tema principal, relegando-o a um plano secundário. Ocorre, sobretudo, que a complexidade do tecido textual mimetiza a complexidade do objeto.

A adequação do modo de apresentação e expressão ao seu objeto é fundamental para a composição do texto feliz. Para exprimir o complexo, o que é imbricado de variadas dependências, o multideterminado, o que depende de relações mediadas, um modo de apresentação "polifônico", no qual corre simultaneamente mais de um fluxo, propicia uma forma de apresentação complexa e múltipla, uma forma de adequação entre o como se diz e o sobre o que se diz. Entretanto, o modo como nos acercamos dos nossos objetos é em mesma medida o modo como os constituímos enquanto tais.

O pensamento que propõe a eliminação da nota de rodapé, criticando-a e negando-a, é, de fato, um pensamento totalizante, que não aceita as suas interrupções e o seu impulso rumo à fragmentação e à descontinuidade.

de. O fragmento, por seu lado, é, já desde há muito, desconfiança frente ao todo. Se a memória não me engana, há até mesmo alguém que chegou a afirmar que o todo seria o inverdadeiro. A nota, perturbando a marcha tranquila, segura e contínua do texto, questiona a sua totalidade. Ao fazer isso, questiona potencialmente a totalidade do objeto enquanto dada de antemão, em sua "natureza".

A assim chamada "polifonia" está a serviço da sintaxe paratática. Coordenar, ao invés de subordinar. A hierarquia da nota de rodapé é por vezes enganadora. A nota é astuciosa e possui artil próprio. Só ao primeiro olhar o que ela diz está subordinado ao que vem no corpo do texto, como algo secundário, de leitura facultativa, dependendo da boa vontade do leitor. Na verdade, ela inverte as coisas. Há a conhecida afirmação, aliás uma *boutade*, de Max Weber, segundo a qual "o essencial, naturalmente, se encontra nas notas de rodapé".

Contudo, a esta afirmação de um polemista nato ligamos as notas da republicação de "A ética protestante e o espírito do capitalismo" nos *Escritos reunidos de sociologia da religião*. Ora, justamente então as notas são "exteriores", "exógenas", por assim dizer, ao texto: pois são acréscimos posteriores, que visam na esmagadora maioria das vezes posicionar o autor em relação às críticas e debates oriundos da publicação original do texto. A rigor, são um segundo texto ou, mais precisamente ainda, são a reformulação dos textos de Weber relativos aos debates acerca de "A ética protestante..." na forma de notas de rodapé. Dessa maneira, ele acrescentou ao texto propriamente dito os textos posteriores.

Afirmamos, a seguir, que os alunos simplesmente ignoram as notas ao lerem o texto clássico de Weber — leitura obrigatória nos cursos de ciências sociais. Professamos dessa forma uma "*Realpolitik*" peculiar: o real é o racional. Já que não se lê, é porque, em última instância, elas não devem mesmo ser lidas. A um equívoco primeiro se acrescenta assim um segundo.

Mas a "*Realpolitik*" se espraia para muito além disso. Como, ao que parece, as revistas tendem a padronizar cada vez mais suas normas de publicação e, nesse processo, procuram, mais ou menos veladamente, conforme o caso, evitar a profusão das notas de rodapé, o dito processo é acompanhado pela efetiva diminuição das notas. Na verdade, o texto com "muitas" notas é malvisto e, no limite, devolvido para ser "corrigido" ou "melhorado" — diminuindo-se o volume das notas. O resultado é que já se escreve evitando as notas ("só em casos absolutamente imprescindíveis" e assim por diante).

Se a padronização, no nosso contexto social-científico, está ligada inclusive às exigências impostas por entidades financiadoras, sem as quais a edição de muitos (todos?) periódicos seria absolutamente inviável, sacrificamos as notas ao apoio institucional. Este, como o bom deus, retribui prontamente (embora às vezes não tão prontamente assim) com o ansiado financiamento.

Já escrevemos, agora, completamente padronizados pelas exigências do mercado. As revistas precisam ser lidas. Antes, ainda, precisam ser

vendidas. Sua circulação é essencial. Esta depende do conteúdo. Se este é "redondo", "claro", "direto", "objetivo", a probabilidade de sucesso parece subir às alturas.

Esquecemos o mais das vezes que a padronização assumida, que em si mesma não é absolutamente mais "natural" ou "racional" do que outra qualquer e que em princípio é antes estranha ao pensamento que se utiliza da prerrogativa de pensar, provém das ciências exatas e biológicas. Nossas revistas têm, cada vez mais, os periódicos daquelas ciências como modelo. O que atesta, definitivamente, que o objeto pouco importa. Infeliz de quem pensar, ainda, que o "nosso" objeto possui um direito, legalidade ou estatuto próprio e peculiar. Todo e qualquer objeto pode, agora, ser tratado segundo o modelo único. E se os médicos e físicos escrevem seus textos, tão claros e precisos, utilizando-se de fórmulas, gráficos, tabelas e a simples forma de citação "(SILVA, 1997, 12)", por que cargas d'água nós também não podemos e devemos fazer assim?

Não se trata de negar a complexidade desses campos do saber. Mas cada um resolve (ou melhor, poderia resolver) seu enfrentamento com o complexo de modo próprio. A imposição do padrão exato tem, é claro, raízes na própria sociologia, e são raízes fortes e importantes. *As regras do método sociológico* é um texto que provém do *Discurso do método*. Delimitar claramente seu objeto e suas intenções, proceder de modo metódico e organizado, preferencialmente do mais simples rumo ao mais complexo, seguir o caminho claro e seguro, evitando os contratempos e desvios: tudo isso faz parte da sociologia. Mas há também uma outra possibilidade: a da diferença, do reconhecimento do obscuro, dos desvios e contratempos.

A nota de rodapé é um recurso de apresentação, e decerto não o único, no qual o pensamento pode se pôr enquanto múltiplo e paratático, abordando simultaneamente o que é diferente. Um dos meus professores lembrou, certa feita, uma confissão do mesmo Max Weber, que, ao contemplar a partitura do *Tristão*, teria afirmado: "Essa é a técnica de escritura que me faz falta. Com ela à minha disposição eu poderia finalmente fazer o que deveria: dizer muitas coisas separadas, uma ao lado da outra, mas simultaneamente".

Negar a nota como procedimento que "atrapalha" o texto é, na verdade, querer postular que o texto, e o objeto do qual ele trata (ou maltrata), é algo acabado, redondo, liso, sem arestas, em repouso, claramente definido, sem tensões. Mas não seriam justamente as arestas os pontos de apoio ideais para se escalar uma montanha difícil? Não seriam as tensões um meio privilegiado no tratamento do objeto?

A experiência da leitura precisaria ser, ela mesma, questionada. A leitura do texto sem rupturas, "redondo", é apenas, não nos esqueçamos, uma experiência de leitura dentre outras possíveis. Tomá-la como a única, ou como a ideal, é subestimar a nós mesmos. Para tomar um exemplo, extremado mas de conhecimento de todos: seria o caso de impor ao monólogo de Molly a pontuação e a gramática "corretas", "usuais"? A forma

de apresentação, o modo como se narra, é, afinal, tão pouco importante? Será que se pode escrever a mesma coisa seja com a nota, seja sem ela? A *diferença* entre uma e outra versão não faz nenhuma falta? E, afinal de contas, o que estamos valorizando quando privilegiamos uma experiência determinada e denegamos o que é diferente dela?

E não se trata de uma experiência esotérica e de exceção. A experiência do fragmentário, do descontínuo, da simultaneidade do que não é simultâneo é, para nós modernos, comum, cotidiana. A nota de rodapé é um dos meios de sua apresentação e expressão. Ela permite trazer para dentro do texto essa experiência tipicamente moderna, que passa a ser, ela mesma, parte do texto. Disto advém uma intimidade maior entre o que se diz, o sobre o que se diz e o como se diz.

A experiência da nota de rodapé surge como inimiga e perturbadora da ordem clarificante e clarificadora. Nega-se a possibilidade e a experiência do "obscuro" e do que seja "mediado". Trata-se, no limite, da negação da "mediação". Apesar disso, a "dialética", uma senhora muito enigmática, ainda dispõe de charme e prestígio dentre os autores que escrevem segundo a norma. Como, não saberia dizer.

Recebido para publicação em
20 de junho de 1997.

Leopoldo Waizbort é professor do Deptº de Sociologia da FFLCH-USP.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 48, julho 1997
pp.183-186
